



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLI — Nº 094

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 28 DE NOVEMBRO DE 1986

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 155.ª SESSÃO CONJUNTA, EM 27 DE NOVEMBRO DE 1986

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO MARCONDES PEREIRA — Movimentos sociais que estão ocorrendo no Brasil em virtude da reformulação do Plano Cruzado.

DEPUTADO JORGE UEQUED — Notícia veiculada na Imprensa, de que o Presidente do Senado renunciaria, caso fossem efetivados servidores do quadro daquela Casa.

DEPUTADO LUIZ HENRIQUE — Homenagem de S. Ex.ª aos Srs. Deputados que não foram reeleitos.

DEPUTADO EVANDRO AYRES DE MOURA — Apelo em favor de projeto que beneficia a criação, em Morada Nova, da Companhia Brasileira de Laticínios.

DEPUTADO CÁSSIO GONÇALVES — Solidariedade de S. Ex.ª ao Senador José Fragelli, Presidente do Senado Federal, contrário à efetivação de servidores daquela Casa.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Sugestão apresentada pelo Prefeito de Balneária de Peruíbe — SP, visando a adoção de um programa integrado pré-escolar.

DEPUTADA IRMA PASSONI, como Líder — Sugestões para a efetivação de servidores do Congresso Nacional. Situação dos funcionários do BNH, em virtude da extinção do Banco.

DEPUTADO CELSO PEÇANHA, como Líder — Eleições de 15 de novembro próximo passado.

1.2.2 — Questão de ordem

Levantada pelo Sr. Siqueira Campos e acolhida pela Presidência, relativa à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

1.2.3 — Comunicação da Presidência
Convocação de sessão conjunta, a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 156.ª SESSÃO CONJUNTA, EM 27 DE NOVEMBRO DE 1986

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO MANSUETO DE LAVOR — Episódios ocorridos hoje a tarde em frente ao Congresso Nacional e na Esplanada dos Ministérios.

2.3 — ORDEM DO DIA

— Redação final do Projeto de Lei n.º 2, de 1986-CN, que aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1987/1989. **Aprovada.** À sanção

— Redação final do Projeto de Lei n.º 3, de 1986-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1987. **Aprovada.** À sanção.

2.3.1 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 10 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.4 — ENCERRAMENTO

3 — ATA DA 157.ª SESSÃO CONJUNTA, EM 27 DE NOVEMBRO DE 1986

3.1 — ABERTURA

3.2 — EXPEDIENTE

3.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Administração desenvolvida pelo ex-Senador Marcos Freire à frente da Caixa Econômica Federal.

DEPUTADO ERANI MÜLLER — Incidentes ocorridos hoje, nos gramados do Congresso Nacional, entre manifestantes efetivos da Polícia Militar.

DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS, como Líder — Defesa da criação do Estado de Tocantins.

3.3 — ORDEM DO DIA

— Mensagem Presidencial n.º 44/86-CN (n.º 16/85, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional, o texto do Decreto-lei n.º 2.188, de 26 de dezembro de 1984, que institui a gratificação de Incentivo à Atividade Médico-Veterinária no Ministério da Agricultura e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Mensagem Presidencial n.º 46/86-CN (n.º 17/85, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 2.189, de 26 de dezembro de 1984, que dispõe sobre a transformação de gratificação deferida aos Engenheiros Agrônomos do Ministério da Agricultura e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Mensagem Presidencial n.º 49/86 — CN (n.º 18/85, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 2.190, de 26 de dezembro de 1984, que dispõe sobre novos percentuais da Gratificação de Representação de Atividade Diplomática e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

— Mensagem Presidencial n.º 51/86-CN (n.º 19/85, na origem), através da qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 2.191, de 26 de dezembro de 1984, que altera o Decreto-lei n.º 1.341, de 22 de agosto de 1974, e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

3.3.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

3.4 — ENCERRAMENTO

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO DE MORAIS SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Anual Cz\$ 92,00

Semestral Cz\$ 46,00

Exemplar Avulso: Cz\$ 0,17

Tiragem: 2.200 exemplares.

Ata da 155.^a Sessão Conjunta, em 27 de novembro de 1986

4.^a Sessão Legislativa Ordinária, da 47.^a Legislatura

Presidência do Sr. Mário Maia

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Oda-cir Soares — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Américo de Souza — Helvídio Nunes — João Lobo — Cesar Cals — Dias Macedo — Afonso Sancho — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Maurício Leite — José Urbano — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Alaor Coutinho — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Jamil Haddad — Mata-Machado — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Fernando Henrique Cardoso — Benedito Ferreira — Mauro Borges — Gastão Muller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Alvaro Dias — Enéas Faria — Arno Damiani — Ivan Bonato — Carlos Charelli — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:
Acre

Alércio Dias — PFL; Geraldo Fleming — PMDB; José Melo — PMDB; Nasser Almeida — PDS.

Amazonas

Mário Frota — PSB.

Rondônia

Múcio Athayde — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Domingos Juvenil — PMDB; João Augusto — PFL; João Marques — PMDB; Sebastião Curió — PDS.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — PMDB; Jayme Santana — PFL; João Alberto de Souza — PFL; José Burnett — PDS;

José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PFL.

Paraná

Carlos Oliveira — PMDB; Freitas Neto — PFL; Heráclito Fortes — PMDB; Tapety Júnior — PFL.

Ceará

Cláudio Philomeno — PFL; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PFL; Gomes da Silva — PFL; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Marcelo Linhares — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Paes de Andrade — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PFL; Jessé Freire — PFL; João Faustino — PFL; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Joacil Pereira — PFL; João Agripino — PMDB; Juracy Palhano — PDC; Paulo Xavier — PFL; Tarcísio Burty — PTB.

Pernambuco

Airon Rios — PFL; Antônio Farias — PMB; Carlos Wilson — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Moura — PFL; Josias Leite — PFL; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PFL; Fernando Collor — PMDB; Oséas Cardoso — ; Renan Calheiros — PMDB; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PMDB; Celso Carvalho — PMDB; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PMDB; Carlos Sant'Anna — PMDB; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PDT; Eraldo Tinoco — PFL; Etelvir Dantas — PFL; Fernando Magalhães — PFL; Fernando Santana — PCB; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Gorgônio Neto — PMDB; Haroldo Lima — PC do B; Jairo Azi — PFL; João Alves — PFL; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; José Penedo — PFL; Leur Lomanto — PFL; Prisco Viana — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PFL; Ruy Bacelar — PMDB; Vasco Neto — PSC; Virgildásio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

José Carlos Fonseca — PFL; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Stélio Dias — PFL; Theodorico Ferrão — PFL; Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Aloysio Teixeira — PMDB; Amaral Netto — PDS; Arolde de Oliveira — PFL; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PFL; Daso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo de Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; José Colagrossi — PMDB; José Eudes — PDT; José Frejat — PDT; Léo Simões — PFL; Leônidas Sampaio — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PFL; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Simão Sessim — PFL; Walter Casanova — PTR.

Minas Gerais

Altair Chagas — PFL; Antônio Dias — PFL; Carlos Eloy — PFL; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Delson Scarano — PDS; Emílio Gallo — PFL; Emílio Haddad — PFL; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PMDB; João Hercúlio — PMDB; Jorge Ferraz — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Machado — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses de Oliveira — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PMDB; Luiz Guedes — PSB; Luiz Leal — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Maurício Campos — PFL; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nylton Velloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Paulino Cícero de Vasconcellos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronan Tito — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS.

São Paulo

Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PMDB; Armando Pinheiro — PTB; Aurélio Peres — PC do B; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PFL; Djalma Bom — PT; Estevam Galvão — PFL; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Gastone Righi — PTB; Herbert Levy — PSC; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Covas — PMDB; Nelson do Carmo — PTB; Pacheco Chaves — PMDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Sólton Borges dos Reis — PTB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDC; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Ivo Ambrósio — PL; Jonas Pinheiro — PFL; Milton Figueiredo — PMDB; Paulo Nogueira — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Ubaldino Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PFL; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Ítalo Conti — PFL; José Carlos Martínez — PMDB; José Tavares — PMDB; Maurício Fruct — PMDB; Norton Macedo — PFL; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Renato Loures Bueno — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Cacildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Evaldo Amaral — PFL; Fernando Bastos — PFL; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PFL; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Pedro Colin — PFL; Renato Vianna — PMDB; Saturnino Dadan — PFL; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Muller — PDT; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emílio Perondi — PDS; Erani Müller — PMDB; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clarck Platon — PMDB; Geovani Borges — PFL; Paulo Guerra — PMDB.

Roraima

João Batista Fagundes — PMDB; Júlio Martins — PTB; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — As listas de presença acusam o comparecimento de 51 Srs. Senadores e 256 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Marcondes Pereira.

O SR. MARCONDES PEREIRA (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estamos novamente diante de uma situação muito difícil para o País. Anunciam as classes trabalhadoras passeatas em todas as capitais do País, por se julgarem enganadas com as recentes medidas lançadas com o pacote. Alegam que o PMDB sabia das medidas e delas não tomou conhecimento. Alegam, ainda, que o anúncio dessas providências, antes do dia 15, mudaria completamente o rumo das eleições, sendo que a composição futura desta Casa seria, igualmente, completamente alterada.

Vislumbra-se agitações em todos os cantos do País. Se, de fato ocorreu um lapso ou, então, voluntária ou involuntariamente, o assunto não foi levado ao conhecimento da opinião pública quando se escolhiam representantes para a Constituinte, esta Casa tem que assumir uma posição séria quanto à dívida externa do País.

Alguns jornais anunciam que essas medidas foram tomadas em razão de pressões do FMI; outros, que o Governo tem que negociar novamente com os bancos estrangeiros e precisa ter condições internas para isto. Lembro-me muito bem, contudo, de Tancredo Neves, nesta Casa, afirmando que “a dívida externa não seria paga com a fome e com o sacrifício do povo brasileiro”. Verifica-se, hoje, que a situação é gravíssima.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, recebemos, também, informações, na manhã de hoje, de que o Senado da República já quer efetivar alguns funcionários — outro pequeno “trem da alegria” — neste final de exercício. Não há condições e vir a repetir-se tal comportamento. A classe política está realmente desafiando a tolerância do povo brasileiro. A propósito, aqui, nesta Casa, ontem, discutia-se um aumento de 110% nos subsídios dos Parlamentares, enquanto o trabalhador nada consegue, por estar com seu salário congelado.

É preciso que se repense tudo isto, é preciso que se reflita, que se medite sobre esse estado de coisas. Há que examinar muito seriamente a situação nacional, que, repito, é gravíssima e aí está a nos desafiar.

Anteontem, o Sr. Ministro da Fazenda pediu demissão, que não foi aceita pelo Sr. Presidente da República. Nem podia sê-lo, já que S. Ex.^a é um dos responsáveis pelo novo pacote. Não é hora, portanto, de tirar o corpo fora; S. Ex.^a tem que aguentar o rojão até o final. Haverá muito mais indagações a serem feitas, muito mais explicações a serem dadas. Não bastam as decisões de gabinete, as idéias surgidas entre quatro paredes. É preciso cuidar para o que ocorre na prática. Fala-se, por exemplo, que não há como acabar com o congelamento. O povo acreditou nele e, no entanto, já está sendo burlado.

A meu lado, o Sr. Deputado Jorge Uequed me recorda o chamado “trem do Senado”, de que falamos há pouco. Eu diria a S. Ex.^a que estou certo de que os Srs. Senadores não concretizarão isso. O povo não irá aceitar. O povo, anteontem, já esteve nas ruas, pedindo — o que é um absurdo — a volta dos militares, batendo palmas para o Delfim Netto e tantas outras coisas. Tudo isto porque começa o desespero. Por que não se solucionaram até agora os casos de corrupção? Os ladrões de “colarinho branco” não foram para a cadeia, os grandes ladrões da Previdência continuam soltos, os ladrões do BNH também, enfim, todos os grandes ladrões deste País continuam rindo de nós... Daí, o povo não acreditar em mais nada.

Sr. Presidente, para terminar, espero que a Constituição que iremos elaborar de fato represente a vontade popular e não se torne apenas mais um simples pedaço de papel.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Com a palavra o nobre Deputado Jorge Uequed.

O SR. JORGE UEQUED (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores eleitos pelo povo e demais funcionários da Casa, o País, hoje, vive um aspecto importante de sua vida democrática. Em qualquer nação, isso seria analisado com muita profundidade. O Presidente do Senado da República e do Congresso Nacional comunica que renunciará às suas funções se os seus colegas do Senado aprovarem um projeto de resolução, chamado “tremzinho da alegria”, para proteger algumas pessoas ligadas a alguns Senadores.

Ora, em qualquer lugar do mundo, a coletividade, ouvindo isso, entraria em pânico. Será preciso que o presidente de uma instituição chegue ao ponto de ameaçar renunciar para chamar a atenção de seus companheiros sobre a violência representada na efetivação de algumas pessoas no quadro de funcionários do Senado da República sem o competente concurso público?

Sr. Presidente, antes de dar a minha solidariedade ao Presidente Fragelli, quero elogiar o comportamento de alguns Senadores que se têm, pública e ostensivamente, manifestado contra tal arbitrariedade. Dentre eles, quero apresentar meus cumprimentos ao Senador Octávio Cardoso, que, apesar de ter chegado ao Senado não pelo voto, mas pela via dos Senadores “biônicos” do Presidente Geisel, tem honrado o exercício da atividade parlamentar, e, agora, ao afastar-se do Senado pelo término do mandato, transmite a todos nós a imagem do verdadeiro homem público quando condena uma atitude como esta do “tremzinho da alegria” que alguns pretendem implantar no Senado da República.

Em épocas passadas, isso já aconteceu nas Casas Legislativas, mas estamos vivendo novos tempos e é preciso que os homens públicos a eles se adaptem, compreendendo que o fato de alguns não continuarem no exercício do mandato não lhes dá o direito de tentarem impor a uma Casa Legislativa um “tremzinho da alegria”, que vai enxovalhá-la por muito tempo.

O Presidente do Senado age com muita dignidade, e quando ameaça deixar o seu cargo está chamando a atenção dos membros do Congresso Nacional para a gravidade do assunto, para a violência que representa a aprovação dessa matéria. Alertamos ainda que se fala nos corredores que algumas matérias não seriam apreciadas pelos Srs. Senadores se não garantissem a aprovação do “tremzinho da alegria”.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Senadores eleitos pelo povo, Srs. Deputados e demais funcionários da Casa, este o alerta do Presidente do Senado, para que não brinquem, para que não coloquem os seus interesses pessoais acima da imagem de uma instituição que tem que passar a ser respeitada, pela avalanche de votos que a sociedade lhe dedicou e pela credibilidade que lhe emprestou.

Quero transmitir ao Presidente do Senado minha solidariedade e dizer: felizmente S. Ex.^a reage contra essa violência que se quer praticar contra a instituição.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB — SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, as eleições de 15 de novembro apresentaram uma ampla

renovação nos quadros do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Contemplo, neste Plenário, o ilustre Deputado Israel Dias-Novais, que sempre honrou esta Casa pela inteligência, pela cultura, pela dedicação a causa pública.

Segundo notícias que me deram ontem, S. Ex.ª, um dos parlamentares corretos, leais ao seu mandato, à procura popular que recebeu, foi engolfado pelas urnas, que, de uma forma geral, manifestaram repúdio aos parlamentares.

Mas parece que a resposta das urnas ainda não serviu de lição. Ontem fui surpreendido com notícia no jornal dando conta de que a Câmara dos Deputados pretendia contemplar os parlamentares da Constituinte com aumento de mais de 100%. E hoje sou informado da patética e dramática declaração do Presidente do Congresso Nacional, Senador José Fragelli, de que renunciaria ao seu mandato caso seus pares insistissem na efetivação, sem concurso, de funcionários celetistas daquela Casa, que incluiria parentes de Senadores e apeniguados, constituindo-se em mais uma "locomotiva da alegria e da vergonha".

É tempo de aprendermos a lição das urnas: é tempo de restaurarmos a dignidade desta Casa e dos parlamentares; é tempo de restaurarmos a dignidade do Parlamento e dos senadores e dos deputados progressistas. Repudiamos tanto o propalado aumento dos parlamentares quanto essa tentativa de efetivação, que estaria para ser realizada numa reunião da Mesa do Senado.

Faço isto, Sr. Presidente, para que não ocorram no futuro demonstrações de repúdio aos parlamentares em geral e não sejam afastados da vida parlamentar pessoas ilustres como o Líder Cássio Gonçalves, que não conseguiu votos suficientes em Minas Gerais para voltar ao Congresso e participar da Constituinte, e Deputados como Israel Dias-Novais, Freitas Nobre, Flávio Bierrenbach, Ailton Soares e tantos outros companheiros da melhor qualidade que simplesmente foram tragados por essa verdadeira insatisfação popular contra o Parlamento, que não separou os bons dos maus nem os que cumpriam fielmente a delegação popular dos que não o fizeram.

Portanto, Sr. Presidente, aqui estou para protestar contra tais fatos e, ao mesmo tempo, homenagear os companheiros que não voltaram, dizendo-lhes que estarão sempre aqui, porque os poucos que conseguiram eleger-se sem influência do poder econômico falarão por eles e lutarão por um novo Parlamento, pleno de dignidade e de reconhecimento popular.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Evandro Ayres de Moura.

O SR. EVANDRO AYRES DE MOURA (PFL — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ocupo esta tribuna para reclamar de uma decisão da Sudene, grandemente prejudicial ao Estado do Ceará e a sua pecuária, principalmente a leiteira.

Um grupo de empresários do meu Estado formou uma empresa para instalar uma usina de leite em pó. A carta-consulta foi aprovada pela Sudene como excelente. Apresentado o projeto, recebeu ele todos os pareceres favoráveis. Entraria na pauta em outubro, quando viajou seu Diretor, Dr. Frota, para a Europa, a fim de assistir a uma reunião. No entanto, quando do seu regresso, homens de outras áreas haviam tirado o projeto de pauta por imposição de grupos concorrentes, inclusive multinacionais.

Fizemos um apelo ao Ministro Costa Couto e ao Presidente José Sarney, em audiência, porque a fábrica instalada em Morada Nova é um complexo que conta com 80 mil hectares irrigados que estão sendo implantados pelo Ministério da Irrigação, para que o pequeno irrigante consorcie a cultura à pecuária leiteira e tenha rendimentos suficientes para sua subsistência e para a melhoria do seu padrão de vida.

Protestamos, assim, contra esse mal feito ao Ceará e esperamos que seja corrigido, para que, aprovado aquele projeto, em três anos tenhamos instalada em Morada Nova a Companhia Brasileira de Laticínios, com sua fábrica produtora de leite em pó.

O II Plano Cruzado elevou todos os preços e congelou os salários dos miseráveis. Mas esperamos que o Ceará, que produz 25 milhões de litros de leite, tenha essa usina, para aproveitar o excedente de produção que

é exportado para a Bahia, Pernambuco e outros Estados, e para que, na época de falta, possua o leite em pó armazenado para as crianças e a população em geral.

Fazemos apelo no sentido de que se faça justiça ao Ceará em relação a projeto de grande valor econômico e, ainda, de grande valor social.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Cássio Gonçalves.

O SR. CÁSSIO GONÇALVES (PMDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, pode parecer estranho que alguns Deputados como eu venham hoje a esta tribuna para se manifestarem contrariamente a uma decisão que se refere ao Senado da República. Mas o Senado da República é uma das casas do Congresso Nacional e suas decisões atingem todas as instituições parlamentares. Desejo, pois, manifestar minha solidariedade ao Presidente do Senado Federal, José Fragelli, que vem resistindo, juntamente com outros Senadores, a mais uma tentativa de, através de ato administrativo, se beneficiarem alguns funcionários daquela Casa. Acima dos interesses de quaisquer funcionários ou Parlamentares, evidentemente estão os interesses da instituição legislativa do Brasil.

Alguns companheiros que me antecederam já se manifestaram quanto ao resultado das últimas eleições. Estamos às vésperas da Assembléia Nacional Constituinte, marco decisivo desse período de transição, da qual participarão exatamente os Deputados e Senadores eleitos em 15 de novembro. Tendo em vista as dificuldades deste período de transição que o Governo José Sarney vem enfrentando para levar a bom termo o seu Governo, assinalamos que o Poder Legislativo não pode fugir à sua responsabilidade de dar uma contribuição tranquila e decisiva para que a Assembléia Nacional Constituinte, eleita com tantos percalços, possa cumprir plenamente a sua tarefa.

Quanto à enorme quantidade de votos brancos e nulos ocorridos nesta última eleição, se parte é devido às dificuldades de boa parcela do povo brasileiro, parte constitui um protesto contra o Poder Legislativo. É preciso, portanto, Sr. Presidente, que a futura Assembléia Nacional Constituinte reconquiste a confiança do povo brasileiro, dando a credibilidade necessária ao Poder Legislativo para que possamos acreditar na construção de um futuro regime democrático em nosso País.

Portanto, a nossa solidariedade ao Presidente José Sarney e o nosso apelo aos Srs. Senadores no sentido de que desistam dessa intenção, pois o projeto irá, evidentemente, repercutir mal perante a sociedade brasileira, deixando o Senado da República e o Congresso Nacional numa situação ruim diante do povo brasileiro, exatamente às vésperas da Assembléia Nacional Constituinte. Aqui fica, pois, registrada a nossa posição.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o ilustre Prefeito Municipal da Estância Balneária de Peruíbe, no litoral paulista, Sr. Benedito Marcondes Sodré, está sugerindo às autoridades competentes de todos os níveis governamentais do Brasil, a começar pelo Presidente José Sarney, a adoção imediata de um programa integrado pré-escolar de educação, saúde e alimentação, para crianças de 3 a 7 anos de idade, isto é, a faixa etária anterior à alfabetização. Esse programa seria custeado com os 25% que devem ser obrigatoriamente usados para a educação no orçamento anual da União.

Se adotado esse plano, Sr. Presidente, entende o Chefe do Executivo de Peruíbe, que naquela mesma comunidade já foi Vereador e Vice-Prefeito, sendo esta a terceira vez que ele dirige os destinos daquela importante estância balneária — o plano manteria as crianças de 3 a 7 anos de idade durante oito horas na escola, com alimentação adequada e orientação educacional, especialmente na zona rural —, entende o Sr. Benedito Marcondes Sodré que alguns graves problemas poderiam ser resolvidos, mesmo que a longo prazo, como o da delinquência juvenil, o da desnutrição e da fome e outros.

Esse plano seria ideal, Srs. Deputados, se realmente pudesse ser implantado, mas acredito que dificilmente poderá sê-lo de pronto. Tomemos por base o Estado de São Paulo, que é a unidade da Federação que exhibe a maior oferta de salas de aula. O expediente que se tem posto em prática, com bons resultados, é o do desdobramento de períodos, reduzindo-se a carga horária, para que possam funcionar mais séries.

Acredito que esse plano de Peruíbe possa ser implantado progressivamente, até que haja condições plenas de sua implantação total. De qualquer forma, ficam aqui meus aplausos ao Prefeito Benedito Marcondes Sodré por seu interesse pela solução de tão graves problemas, traduzido na criação de um plano que, uma vez implantado, pode realmente vir a ser perfeita solução.

Se todos os governantes brasileiros, em todos os níveis, estivessem realmente interessados em resolver nossos mais graves problemas, com soluções de alto nível como esta, o Brasil já estaria em muito melhores condições de vida.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra à nobre Deputada Irma Passoni, como Líder do PT.

A SRA. IRMA PASSONI (PT — SP. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, todo fim de legislatura acontece, tanto no Senado como na Câmara, o problema terrível e sério, que considero um dilema para os Parlamentares, da efetivação dos seus funcionários, que ficam inseguros quanto à permanência no emprego. Parece-me que não é possível implantar nas duas Casas o sistema da efetivação pura e simples.

Há três saídas sendo apontadas em relação aos funcionários do Poder Legislativo: Primeiro, há a questão de efetivar pura e simplesmente por apadrinhamento político ou não, por influência ou nos gabinetes, ou na Presidência, ou em alguma Secretaria; segundo, a realização de concurso interno apenas; terceiro, um concurso público aberto a todos segundo as necessidades da Casa. Quero deixar bem claro, pois sei que os funcionários da Câmara me ouvem — respondo-lhes publicamente, sem medo algum, apenas ponderando algumas coisas — primeiro, que os concursos internos foram "fajutados" nesta Casa. Simplesmente dizem que são provas eliminatórias, quando, na verdade, os resultados atendem a pressões de parlamentares. Condono e desafio a coordenação de concursos neste sentido, principalmente da Câmara Federal, que muitas vezes passou por cima de provas e de entrevistas, desmoralizando, assim, os concursos internos.

Em segundo lugar, lamentavelmente — é preciso que se diga isso, não adianta camuflar — muitos funcionários tiveram seus salários divididos nos próprios gabinetes; Portanto, não foi justa a política de salário nos próprios gabinetes; não é justo que eles tenham de dividir com terceiros seu próprio salário. Mas isso aconteceu muitas vezes, bem benefício de parentes que não compareciam a esta Casa: cediam parte dos salários e deixavam outros trabalhando com metade do salário vigente. O pavor do desemprego é que causa a angústia de se tentar garantir agora com a efetivação. Sei de funcionários com dez anos de Casa e que nunca conseguiram sua efetivação, porque nunca tiveram apadrinhamento. Agora, dizem, poderia ser realizado concurso interno com a fiscalização da própria organização dos funcionários.

É preciso implantar, em relação ao funcionalismo público tanto do Legislativo como do Judiciário e do Executivo, o sistema de concurso público aberto, não o interno, com uma reciclagem constante dos funcionários a nível de formação, para que estejam sempre capacitados a enfrentar os desafios constantes que se apresentam. Eu também sou funcionária pública estadual concursada, professora, e sei que os salários não são justos, que nossas condições de aprimoramento e atualização estão defasadas em relação às oportunidades dadas na área privada.

Portanto, é preciso que o Senado Federal não ceda às pressões fazendo um novo "trem da alegria", porque não podemos enfrentar uma nova desmoralização do Congresso Nacional, que tem sido achincalhado e arrasado nacionalmente. Não temos o direito de fazer isso. A Nação brasileira não o aceitará. Que também na

Câmara Federal não se pense em fazer esse concurso interno, fechado; que não venham aí outros pacotes, que já estão sendo falados, os quais não quero nem mencionar agora, porque é pacote da Câmara. Realmente, não podemos aceitar a sua aprovação pura e simples.

Esperamos também que os novos Senadores eleitos não façam pressão para que, com os gabinetes já lotados, sejam contratados seus apadrinhados. É preciso denunciar tais fatos claramente. Muitos Parlamentares não querem esse novo "trem da alegria" porque também querem trazer os seus protegidos no ano que vem. Então, deixemos clara a necessidade de se estabelecer uma regra, uma lei justa para todos, não simplesmente privilegiando alguns, já que o Serviço Público é pago pela Nação brasileira. Por isso, não podemos aceitar privilégio algum para os que aí estão ou para os que aqui virão.

Outra questão que eu gostaria de deixar registrada aqui diz respeito aos funcionários do BNH. Estive ontem na sede do BNH, acompanhando a situação dos seus funcionários, que estão sendo ameaçados de demissão, tendo em vista a extinção do Banco Nacional da Habitação. Recebi deles o documento "Fundamentos e Proposições à Reformulação do Sistema Financeiro da Habitação Urbana", debate nacional realizado nos dias 10 e 11 de maio, promoção do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e organizada pelo IAB — Instituto de Arquitetos do Brasil. Considero este documento fruto de um convênio entre o Ministério e o IAB, que promoveram debates em todos os Estados, uma análise criteriosa e séria da parte dos funcionários, no qual criticam o próprio sistema habitacional brasileiro e fazem suas propostas. Realmente, desativar, desmobilizar, destruir o BNH não foi uma medida justa, pois não levou em consideração as propostas oriundas desses seminários. São também minhas as preocupações dos funcionários do BNH, que acreditam que a extinção daquele banco é uma forma de acobertar as falcaturas, de sumir com os processos; é uma queima de arquivos, um salto das próprias empreiteiras do Poder, daqueles que usaram o BNH durante anos e anos para se privilegiarem, como foi o caso da Coroa-Brastel, do Sulbrasileiro e assim por diante. A sua extinção simplesmente vai destruir a nova proposta da política habitacional urbana.

Eles colocam o seguinte:

"Habitação — direito do cidadão, dever do Estado, prioridade social.

A moradia deve constituir-se num dos direitos de todos os cidadãos, equiparando-se, nessa condição, ao direito à saúde, à educação, à alimentação, ao transporte etc.

O direito à moradia não deve ser entendido apenas em termos de casa, mas deve abranger o acesso à infra-estrutura e aos serviços urbanos básicos. Garantir o direito de habitação constitui responsabilidade do Estado, a manutenção dessa garantia como determinante política da ação governamental."

E ainda dizem claramente que a prioridade das prioridades do BNH é a habitação popular, afirmando que a situação das habitações é extremamente grave no Brasil.

Quero, aqui, concordar com eles. Fazemos em São Paulo movimentos de moradia há muitos anos. Verificamos que, da fase simples de ocupação das áreas livres, das áreas de lazer, passa-se para a reivindicação de habitação, de projetos habitacionais. Os trabalhadores pagam seu Fundo de Garantia, que é depositado no BNH, mas, depois, os recursos não voltam na forma de incentivos habitacionais para aquele que ganha de um a cinco salários mínimos. Portanto, a política do BNH precisa ser voltada, em primeiro lugar, para a habitação popular.

Prosseguem eles:

"As questões complementares, não obstante importantes, essenciais, compõem ainda: a situação cada vez pior de exploração do inquilino sob a qual vive mais de 50% da população urbana do País e, em particular, a substancial parcela do inquilinato informal, aqueles que moram em partes de casa e fundos de lote; a escassez ou dificuldade de obtenção de terrenos bem localizados quanto

à infra-estrutura urbana para produção de habitação popular, dada a sua explosiva e descontrolada valorização no mercado de imóveis. O enorme e crescente déficit de moradias e a consequente pressão da demanda aumentam o preço dos imóveis residenciais e favorecem a especulação e o monopólio. Por estas duas razões uma política habitacional, somente terá sucesso se decidir pela expansão máxima de produção da habitação a todas as camadas sociais e em todo o território nacional e, ao mesmo tempo, a curto prazo, na área urbana, mas também na área rural."

Parece-me que os funcionários do BNH fizeram uma análise objetiva e concreta, chegando a uma proposta. São as seguintes as perguntas que fizeram não só a mim, mas a toda a Nação brasileira: para que serviram aqueles estudos? Tratou-se apenas de uma farsa, sendo ignorados na hora da extinção? Foram ou não levados em consideração? O dinheiro gasto nesse convênio foi levado em conta na hora da extinção? E continuam:

"Outro vício da prática atual consiste em manter os níveis de reivindicação e mesmo de análise da questão habitacional separados do tipo de problema ou por categorias de usuários. São as demandas dos mutuários, por um lado; são as lutas por regularização das invasões ou as dificuldades de comercialização de apartamentos prontos, por outro. É mais: a sanção econômica, a 'legal' corrupção, os desmandos nos recursos do Sistema Financeiro de Habitação. É preciso ter consciência e decisão sobre a natureza única de todos esses problemas, e de que estes somente se resolverão a partir de uma política única de desenvolvimento da produção de habitações. Há necessidade, portanto, de uma nova política habitacional e não apenas de uma mera reformulação da política existente."

É isso que cobro do Presidente da República, do Ministro da Fazenda. Não é possível que simplesmente se extinga o BNH sem que se apresente uma nova proposta habitacional. Sei que vão me dizer. "Ah, mas isso é assunto para a Constituinte". Há alguns assuntos que deveriam ser da Constituinte, mas que querem sejam resolvidos imediatamente, antes que se apaguem as luzes deste processo; e outros que querem sejam deixados para depois. Tudo bem, só que não se pode acabar com uma coisa sem que se faça uma nova proposta.

Portanto, quero dizer que se extinguiu o BNH apenas para cobrir o rombo da Caixa Econômica Federal. E quem sabe — apenas indago, pedindo até explicações ao seu Presidente — se esse rombo não foi provocado pelo financiamento de campanhas por esses Estados afora? E agora o BNH vem cobrir o rombo da Caixa Econômica Federal.

Portanto, desafiamos a Nação a que exija uma proposta habitacional para o povo brasileiro. É preciso que o Governo dê uma solução, porque participo desse movimento de reivindicação de habitação para o povo de baixíssima renda e sei que é terrível a situação da população que vive em barracos, em cortiços, com a angústia de ter uma casa alugada e não poder pagar o aluguel. E não adianta dizer que os aluguéis estão congelados, que as casas não estão sendo desocupadas. Isso é farsa. Em alguns lugares onde há um controle talvez seja possível que isso ocorra, mas a maioria dos imóveis está sendo pedida, e a grande parte dos inquilinos será despejada a partir de fevereiro, quando se esgota o prazo do "não-despejo". Portanto, deixo aqui minhas preocupações, exigindo que não se possibilite mais a corrupção, praticada pelos que se aproveitaram do BNH para fazer grandes mansões e apartamentos de alto luxo, quando quem financia o BNH são os Fundos de Garantia dos trabalhadores e as cadernetas de poupança. Portanto, é uma poupança popular e não elitista. Se a elite precisa de casa — e tenho certeza de que precisa — ela tem outras fontes financiadoras. Agora, como pode o pobre coitado ir à Caixa Econômica Federal e pedir um empréstimo para fazer uma casa? Com base em que rendimentos? Absolutamente nenhum.

Assim, deixo aqui minha solidariedade aos funcionários do BNH que pensem seriamente na política habitacional brasileira, porque nem todos são corruptos, nem todos foram coniventes com as corrupções havidas no BNH. Tivemos funcionários demitidos porque se negaram a assinar laudos. Isso temos registrado na CPI do BNH-Delfin, de que participei na Câmara Federal. Então, não são todos iguais. É preciso que se levem a sério também as ponderações dos funcionários. Este relatório encaminhado ao Ministério do Desenvolvimento Urbano, ao Presidente Sarney, expressa a posição dos funcionários, que, acho, é digna e séria, e propõe soluções para a política habitacional brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Celso Peçanha, Líder do PFL.

O SR. CELSO PEÇANHA (PFL — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, neste início de nossos trabalhos, quero tecer algumas considerações com referência ao pleito que se feriu a 15 de novembro. O fato é recente, e todos os estudiosos da História sabem que dificilmente se poderá fazer uma análise firme, certa, correta de algo que tenha ocorrido tão recentemente. Só o tempo poderá oferecer dados positivos de análises acerca desta virada de página da história política do País.

Não há como negar, Sr. Presidente, que estamos consolidando instituições políticas e abolindo os resíduos do autoritarismo. Por outro lado, estamos gerando espaços para uma democracia avançada, irredutível. Na verdade, o que se almeja é uma sociedade plena, aberta, moderna e solidária. Não há também como negar que o Governo do Presidente José Sarney tem possibilitado o encontro, a interação do Estado com a Nação, com a sociedade, do Poder com os cidadãos. O que se verificou neste último pleito, porém, foi o resultado do erro cometido inicialmente pela Justiça Eleitoral, quando ofereceu uma cédula complicada a um país subdesenvolvido e subeducação. Como complicador de tudo isso, do pleito participou também o analfabeto, que antes não tinha posição no voto.

Foi, portanto, uma eleição falha, embora se observasse o esforço da Justiça Eleitoral em todos os Estados. O eleitor entrou na cabine sob pressão, especialmente porque dias antes todos os meios de comunicação transmitiram que o eleitor só poderia gastar um minuto para votar. Assim, ele adentrou a cabine temeroso de não poder cumprir o seu dever. Quis ser rápido... Daí os resultados do pleito terem sido falhos, não expressando a vontade integral do povo brasileiro.

Como discutir e debater este assunto? Todos os que aqui estamos, caro Senador Mário Maia, assistimos a tudo isso e depois constatamos, pelos resultados, o que aqui a dizer. O eleitor não votou, não procurou fazê-lo, nem teve tempo de votar naqueles que irão integrar a Constituinte. Em cada urna verificava-se que os votos eram dados mais para o Governo do Estado do que para os Deputados Federais e Estaduais. Dados que me foram fornecidos por pessoas que acompanharam a apuração demonstram a veracidade do que afirmo: menos da metade dos eleitores de cada urna não votou para a Deputado Estadual e Federal. Não tiveram tempo para fazê-lo.

Por outro lado, houve a polarização em torno dos candidatos ao Governo do Estado. O que seria justo, até certo ponto. Os candidatos, porém, não tiveram tempo, na televisão, de expor seu programa de defesa da Constituinte. Muitos se limitaram, em um segundo apenas, a declarar seu nome e seu número. Os presidentes de partidos, estes, sim, ocuparam espaços várias vezes, em cada programa, falando demoradamente, procurando carrear os votos para si.

O que se verifica, ao final da eleição, é que, no que diz respeito à Constituinte, os que mais se aproveitaram para conseguir maior quantidade de votos foram os jornalistas, os radialistas, aqueles que trabalham na televisão. Além dos poderosos! Aí, sim, é que se viu o poder econômico, o grande vencedor neste último pleito! Foi avassalador! Por onde passava, dominava os grupos políticos, os Municípios, através da publicidade em jornais, conquistando o eleitorado com a força do dinheiro.

Sr. Presidente, na Constituinte haverá centenas de jornalistas, radialistas e homens de televisão. Será um bem? Será um mal? Na verdade, muitos são pessoas capacitadas e poderão trazer sua contribuição, a experiência da sua vivência política — ao menos a partir das entrevistas que fizeram com os políticos.

Ademais, verifica-se que, em cada estado, em geral os mais votados foram os líderes, os presidentes de partido, que absorveram toda a votação, em prejuízo, muitas vezes, de gente esforçada, que muito trabalhou aqui. Há pouco, no entanto, ocupava esta tribuna a ilustre Líder de um partido, valorosa companheira nossa, cuja reeleição está ameaçada. Ainda não há certeza quanto à sua volta a esta Casa. Embora suas idéias sejam diferentes das minhas, devo dizer que é S. Ex.^a uma das pessoas mais dedicadas ao serviço público, na qualidade de parlamentar.

Verificamos, ainda, que aqueles que menos comparecem a esta Casa — vejamos que faço uma afirmação forte desta tribuna — representantes de meu Estado, notadamente aqueles que menos ocuparam a tribuna, que menos debateram nas Comissões de Inquérito, foram os mais votados — com raríssimas exceções. O povo brasileiro votou maciçamente, em alguns estados — especificamente no que se refere ao Rio de Janeiro — nos que não compareceram ao plenário. Nesse sentido, há casos a serem registrados: um companheiro nosso, desconhecido neste Parlamento, certa vez quase se atritou com o honrado Deputado Leorne Belém, porque aquele cearense ilustre não quis admitir que ele interferisse em um discurso que fazia da tribuna, pensando que não fosse Parlamentar. Todavia, era Parlamentar, e já de oito mandatos. Desafio que, nesta Casa, 5% dos Srs. Deputados o conheçam.

O eleitor votou, por consequente, naqueles que menos trabalharam, com poucas exceções. Por outro lado, ouvi, há pouco, no plenário, que saíram vitoriosos — e aí não tenho queixas, pois cada um pensa como quer — os que votaram contra as “diretas já” e aqueles que votaram no Sr. Paulo Maluf.

Ve-se, portanto, que não há, na verdade coerência por parte do eleitorado. Por quê? Porque o povo não é esclarecido sobre o Parlamento brasileiro. Poucos ouvem *A Voz do Brasil*, poucos sabem do que se faz aqui. Do Parlamento, o povo só tem notícia da “fortuna” que cada Parlamentar supostamente recebe e não sabe como gastar. Somente disto o povo tem notícia, quanto ao Congresso Nacional.

Tudo por quê, Sr. Presidente, Srs. Congressistas? Porque esta Nação ainda é subeducada. É, entre as nações do mundo, a que apresenta maior número de analfabetos. Não se cuidou, ao longo de toda a vida política brasileira, de alfabetizar o povo, para que ele possa discernir, sobretudo, entre o bom e o mau parlamentar, entre o que trabalha e o que não trabalha. Isto ocorre em um País que ainda tem trinta milhões de analfabetos, onde 7 a 8 milhões de jovens, na faixa etária de 7 a 14 anos, estão sem escolas, já que as administrações públicas não cuidam de abrir escolas,

e o preceito constitucional estabelecendo obrigatoriedade para o ensino é mentira, farsa, fantasia.

Sr. Presidente, as considerações que faço, com referência ao pleito que se teriu, trazem no seu bojo, sobretudo, a afirmação de que não houve avanço, por parte da opinião pública brasileira, no conhecimento do trabalho dos Parlamentares. Pelo contrário, houve retrocesso. Como eu disse inicialmente, os eleitores procuraram votar para governador, esquecendo-se de que a Constituição a ser elaborada será um instrumento vivo, forte e de alta importância para o progresso do País. Não será panaceia nem remédio que cure tudo e a todos, mas, efetivamente, algo que deve ser duradouro, voltando-se, sobretudo, para o social e dando ênfase ao binômio ciência e tecnologia. Sem dúvida, nação que não cuida de desenvolver a ciência e a tecnologia está fadada a permanecer subdesenvolvida.

Sr. Presidente, que se há de fazer para que o povo vote bem? Objetivamente, dar instrução a todos. Que a nova Constituição possa prever a inserção, durante 5 ou 10 anos, no Orçamento da República, de 20% para a instrução, destinando 5% ao ensino básico. Que escolas sejam abertas, com a devida estrutura para que os alunos nelas permaneçam. Que os professores tenham bons vencimentos e disponham do necessário meio de transporte para chegarem até a escola.

Há que dar instrução ao povo, Srs. Congressistas. A Nova Constituição há de, por certo, cuidar deste assunto.

Mas, Sr. Presidente, como esclarecer o povo, para fazê-lo votar melhor, se ele não tem habitação, se milhões de patricios nossos ainda residem em barracões imundos e outros dormem debaixo das pontes, vivem ao léu da vida e da sorte, sem os mínimos cuidados de higiene e a mínima noção dos benefícios da civilização? É preciso dar-lhes habitação barata. E seria bom que se destinasse 5% do Orçamento da República à construção de casas para os que percebem menos de cinco salários mínimos.

Não obstante a existência desses aspectos negativos, Sr. Presidente, a Nação está em melhores condições do que há um ano e meio. O 28 de fevereiro de 1986 foi uma data marcante em nossas vidas. Hoje, o País trilha o caminho da democracia, o povo está mais satisfeito com a atuação do Presidente da República. Mas não se pode cuidar tão-somente da política cambial, sem se traçar imediatamente um programa para a alimentação do povo. Logo após a implantação do Plano Nacional de Estabilização, aqui esteve, pela primeira vez, o Ministro Dilson Funaro. Depois de exaltar seu desejo de mudanças e a intenção do Presidente Sarney, de valorizar as classes menos favorecidas, desta tribuna eu lhe disse: “Ministro, e o Programa Nacional de Alimentação? E a agricultura? O que se há de fazer por ela?” Um ano depois, filas imensas de patricios nossos, desesperados, à procura da carne. Quantos de nós passamos três, quatro, cinco horas em filas, à procura do produto? E, mais: faltam todos os outros itens necessários à mesa da classe pobre, sobretudo porque os ricos estão pagando ágio.

Sr. Presidente, espero que nesta virada de século o País possa, na verdade, alcançar aquela democracia com que sonhamos, com uma sociedade plena, aberta, moderna e solidária, uma democracia cristã, generosa, humana, que possa pagar a dívida social e, especialmente, solucionar os problemas das classes menos favorecidas, dando-lhes direito aos benefícios da civilização. Só desta forma poderá a classe política recolher os aplausos que tanto deseja do povo brasileiro.

O Sr. Siqueira Campos — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Tem V. Ex.^a a palavra.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDS — GO. Sem revisão do orador) — Não podemos votar a Ordem do Dia nem sequer continuar esta sessão, porque é visível a falta de número. Nem mesmo importa que seja votação de redação final. O projeto foi votado em três sessões fantasmas porque realmente não havia número. E não há número na Casa para votar o requerimento de urgência para o projeto do Estado do Tocantins nem para atender as reivindicações do povo que represento. Então, não pode haver número para nada. A sessão está vazia. Peço a V. Ex.^a que não permita este abuso de se aprovar, mesmo redação final, sem número, sem nenhum Senador presente, a não ser V. Ex.^a, Sr. Presidente, e sem os 79 Deputados que o Regimento Comum exige para realizar as sessões.

O Sr. Celso Peçanha — Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Nobre Deputado Siqueira Campos, V. Ex.^a tem razão. Não pode haver contestação porque é evidente a questão de ordem levantada por V. Ex.^a.

O Sr. Celso Peçanha — Sr. Presidente, quero protestar porque V. Ex.^a não me concedeu a palavra. Teria o direito, como Líder, de contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — V. Ex.^a pode fazer alguma alegação, mas o assunto está encerrado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Antes de encerrar a sessão, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, destinada a votação da redação final do Projeto de Lei n.º 2, de 1986-CN, que aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio de 1987/1989, e votação da redação final do Projeto de Lei n.º 3, de 1986-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1987.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Esta encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 11 minutos.)

Ata da 156.^a Sessão Conjunta, em 27 de novembro de 1986

4.^a Sessão Legislativa Ordinária, da 47.^a Legislatura

Presidência do Sr. Passos Pôrto

Haddad — Mata-Machado — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Fernando Henrique Cardoso — Benedito Ferreira — Mauro Borges — Gastão Muller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Arno Damiani — Ivan Bonato — Carlos Chierelli — Octávio Cardoso.

E OS SENHORES DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PFL, Geraldo Fleming — PMDB; José Melo — PMDB; Nasser Almeida — PDS.

Amazonas

Mário Frota — PSB.

Rondônia

Múcio Athayde — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB, João Augusto — PFL; João Marques —

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Odacir Soares — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Lobo — Américo de Souza — Helvídio Nunes — Cesar Cals — Dias Macedo — Afonso Sancho — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Maurício Leite — José Urbano — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Alaor Coutinho — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Jamil

PMDB; Manoel Ribeiro — PMDB; Sebastião Curio — PDS.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — PMDB; Jayme Santana — PFL; João Alberto de Souza — PFL; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PFL.

Piauí

Carlos Oliveira — PMDB; Freitas Neto — PFL; Heráclito Fortes — PMDB; Tapety Júnior — PFL.

Ceará

Cláudio Philomeno — PFL; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PFL; Gomes da Silva — PFL; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Marcelo Linhares — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PFL; Ossian Araripe — PFL; Paes de Andrade — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Florêncio — PFL; Assunção de Macedo — PMDB; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PFL; João Faustino — PFL; Wanderley Mariz — PDS.

Parafba

Joacil Pereira — PFL; João Agripino — PMDB; Juracy Palhano — PDC; Paulo Xavier — PFL; Tarcísio Burity — PTB.

Pernambuco

Airon Rios — PFL; Antônio Farias — PMB; Carlos Wilson — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Moura — PFL; Josias Leite — PFL; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguel Araes — PMDB; Nilson Gibson — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PFL; Oséas Cardoso — PDS; Renan Calheiros — PMDB; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PMDB; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PMDB; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PMDB; Carlos Sant'Anna — PMDB; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PDT; Eraldo Tinoco — PFL; Etelvir Dantas — PFL; Fernando Magalhães — PFL; Fernando Santana — PCB; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Gorgônio Neto — PMDB; Haroldo Lima — PC do B; Jairo Azi — PFL; João Alves — PFL; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; José Penedo — PFL; Leur Lomanto — PFL; Prisco Viana — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Raymundo Urbano — PMDB; Rômulo Galvão — PFL; Ruy Bacelar — PMDB; Vasco Neto — PSC; Virgildásio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

José Carlos Fonseca — PFL; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Stélio Dias — PFL; Theodorico Ferrazo — PFL; Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Aloysio Teixeira — PMDB; Álvaro Valle — PL; Amaral Netto — PDS; Arolde de Oliveira — PFL; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PFL; Daso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo de Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; Jorge Cury — PMDB; José Colagrossi — PMDB; José Eudes — PDT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Léo Simões — PFL; Leônidas Sampaio — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PFL; Sarago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Simão Sessim — PFL; Walter Casanova — PTR; Wilmar Palis — PDT.

Minas Gerais

Altair Chagas — PFL; Antônio Dias — PFL; Carlos Cotta — PMDB; Carlos Eloy — PFL; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Delson Scarano — PDS; Emílio Gallo — PFL; Emílio Haddad — PFL; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PMDB; João Hercúlio — PMDB; Jorge Ferraz — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Machado — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses de Oliveira — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PMDB; Luiz Guedes — PSB; Luiz Leal — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Maurício Campos — PFL; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nylton Velloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Paulino Cícero de Vasconcellos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronan Tito — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Silvio Abreu — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS.

São Paulo

Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PMDB; Armando Pinheiro — PTB; Aurélio Peres — PC do B; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PFL; Djalma Bom — PT; Estevam Galvão — PFL; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Gastone Righi — PTB; Herbert Levy — PSC; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novais — PMDB; José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Covas — PMDB; Nelson do Carmo — PDS; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Sólton Borges dos Reis — PTB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; José Freire — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Cam-

pos — PDC; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Cristino Cortes — PDS; Ivo Ambrósio — PL; Jonas Pinheiro — PFL; Milton Figueiredo — PMDB; Paulo Nogueira — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PFL; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Ítalo Conti — PFL; José Carlos Martinez — PMDB; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PFL; Maurício Fruct — PMDB; Nelson Friedrich — PMDB; Norton Macedo — PFL; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Renato Loures Bueno — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Evaldo Amaral — PFL; Fernando Viegas — PFL; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PFL; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Pedro Colin — PFL; Renato Vianna — PMDB; Saturnino Dadan — PFL; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Muller — PDT; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Erani Muller — PMDB; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequet — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clarck Platon — PMDB; Geovani Borges — PFL; Paulo Guerra — PMDB.

Roraima

João Batista Fagundes — PMDB; Júlio Martins — PTB; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 51 Srs. Senadores e 258 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Mansueto de Lavor.

O SR. MANSUETO DE LAVOR (PMDB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quero referir-me aos episódios ocorridos hoje à tarde, em frente ao Congresso Nacional e na Espla-

nada dos Ministérios. O Plano de Estabilização Econômica do Governo, que trouxe tantas esperanças ao povo brasileiro, precisa ser salvo. É necessário convocar a Nação, o povo brasileiro, os trabalhadores, as lideranças, todas as forças vivas deste País para que este Plano não seja mais uma frustração para o nosso povo. Entretanto, é do conhecimento geral que essa nova formulação do Plano Cruzado, apelidado de "Cruzado II", foi de uma grande infelicidade no que se refere à falta de discussão e de comunicação, próprias, é claro, do regime democrático. Digo ainda mais, que não se poderá, para manter essa reforma, repelir as manifestações pacíficas das pessoas que se sentem prejudicadas. Por isso, quero registrar a minha discordância quanto às medidas policiais executadas, inclusive com violência, hoje, na Esplanada dos Ministérios. Sou do PMDB, apóio o Presidente José Sarney, estou solidário com a essência das medidas que têm sido tomadas, mas quero discordar frontalmente da maneira como foi lançado o Plano Cruzado II e, principalmente, da maneira como foram reprimidas hoje à tarde, pela Polícia e pelo Exército, as manifestações populares aqui, em frente ao Congresso Nacional. As cenas ali registradas, pelo seu visual, com tropas de choque, bombas de gás lacrimogêneo, helicópteros, carros blindados, mais pareciam das ruas de Santiago do Chile e não na Capital da nossa República.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quero registrar o meu protesto, como Deputado do Governo, como Parlamentar do PMDB, contra essa repressão violenta que se verificou hoje à tarde contra populares. Os erros não se corrigem com outros erros, muito menos erros oficiais.

É preciso que se estabeleça um novo pacto social, um pacto provisório, até que se elabore o pacto maior da Constituinte.

Em primeiro lugar, esse pacto deve ser no sentido de que seja revisto de imediato o problema da dívida externa, no sentido de que o Brasil consiga apoio interno suficiente — e as eleições de novembro já nos dizem

que é possível conseguir este apoio — para sustação do pagamento da dívida externa, a consecução de uma moratória por cinco anos, talvez, para que o País possa respirar e rearmar a sua economia.

Em segundo lugar, medidas que interessam à população ou a segmentos da população, como essas que foram levadas a efeito com o Plano Cruzado II, principalmente a absurda extinção do BNH da maneira como foi feita, jamais devem ser tomadas, no futuro, sem uma ampla discussão a partir desta Casa, até chegar ao povo. Isto não é fantasia, não é democratismo exagerado. É compromisso que estamos assumindo em praça pública. Por isto é de se almejar e de se desejar que essas medidas, inclusive reformulando este Plano Cruzado II, sejam tomadas com a participação do Congresso e de representações legítimas do povo.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Não há mais oradores inscritos para o período de breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

(*) Votação, em turno único, da redação final, (oferecida pela Comissão Mista de Orçamento em seu Parecer nº 69, de 1986-CN) do Projeto de Lei nº 2, de 1986-CN, que aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio de 1987/1989.

Nos termos do art. 101, parágrafo único do Regimento Comum, a redação final independe de discussão. Em votação.

(*) A redação final acha-se publicada em Suplemento 'A' ao DCN de 26 de novembro de 1986.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Aprovada a redação final, o projeto vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Item 2:

(*) Votação, em turno único, da redação final, (oferecida pela Comissão Mista de Orçamento em seu Parecer nº 70, de 1986-CN) do Projeto de Lei nº 3, de 1986-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1987.

Em votação a redação final.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Aprovada a redação final, o projeto vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Nos termos do art. 55, § 1º, *in fine*, da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 10 minutos, neste plenário, destinada à apreciação das Mensagens nºs 44, de 1986-CN (10ª Sessão), e 46, 49 e 51, de 1986-CN (7ª Sessão).

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Nada mais havendo que tratar, declaro encerrada a sessão.

(*) A redação final acha-se publicada em Suplemento 'B' ao DCN de 26 de novembro de 1986

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 8 minutos.)

Ata da 157.ª Sessão Conjunta, em 27 de novembro de 1986

4.ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47.ª Legislatura

Presidência do Sr. Passos Pôrto

ÀS 19 HORAS E 10 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevair Leal — Mário Maia — Odaírcio Soares — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Américo de Souza — Helvídio Nunes — João Lobo — Cesar Cals — Dias Macedo — Afonso Sancho — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Maurício Leite — José Urbano — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Alaor Coutinho — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Jamil Haddad — Mata-Machado — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Fernando Henrique Cardoso — Benedito Ferreira — Mauro Borges — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Arno Damiani — Ivan Bonato — Carlos Chiarelli — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PFL; Geraldo Fleming — PMDB; José Melo — PMDB; Nosser Almeida — PDS.

Amazonas

Mário Frota — PSB.

Rondônia

Múcio Athayde — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; João Augusto — PFL; João Marques — PMDB; Sebastião Curió — PDS.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — PMDB; Jayme Santana — PFL; João Alberto de Souza — PFL; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PFL.

Piauí

Carlos Oliveira — PMDB; Freitas Neto — PFL; Heráclito Fortes — PMDB; Tapety Júnior — PFL.

Ceará

Cláudio Philomeno — PFL; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marçílio — PDS; Furtado Leite — PFL; Gomes da Silva — PFL; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Marcelo Linhares — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PFL; Ossian Araripe — PFL; Paes de Andrade — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Florêncio — PFL; Assunção Macedo — PMDB; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PFL; João Faustino — PFL; Wanderley Mariz — PC.

Paraíba

Joacil Pereira — PFL; João Agripino — PMDB; Juracy Palhano — PDC; Paulo Xavier — PFL; Tarcísio Burty — PTB.

Pernambuco

Airon Rios — PFL; Antônio Farias — PMB; Carlos Wilson — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PMDB;

Inocência Oliveira — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Moura — PFL; Josias Leite — PFL; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PFL; Fernando Collor — PMDB; José Thomaz Nonô — PFL; Oséas Cardoso — ; Renan Calheiros — PMDB; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PMDB; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PMDB; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PMDB; Carlos Sant'Anna — PMDB; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PDT; Eraldo Tinoco — PFL; Etelvir Dantas — PFL; Fernando Magalhães — PFL; Fernando Santana — PCB; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Gorgônio Neto — PMDB; Haroldo Lima — PC do B; Jairo Azi — PFL; João Alves — PFL; Jorge Medaaur — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; José Penedo — PFL; Leur Lomanto — PFL; Prisco Viana — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Raymundo Urbano — PMDB; Rômulo Galvão — PFL; Ruy Bacelar — PMDB; Vasco Neto — PSC; Virgildásio de Senna — PMDB

Espírito Santo

José Carlos Fonseca — PFL; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Stélio Dias — PFL; Theodorico Ferraço — PFL; Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Aloysio Teixeira — PMDB; Álvaro Valle — PL; Amaral Netto — PDS; Arolde de Oliveira — PFL; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PFL; Daso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo de Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; Jorge Cury — PMDB; José Colagrossi — PMDB; José Eudes — PDT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Léo Simões — PFL; Leônidas Sampaio — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PFL; Sarago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Simão Sessim — PFL; Walter Casanova — PTR; Wilmar Pallis — PDT.

Minas Gerais

Altair Chagas — PFL; Antônio Dias — PFL; Carlos Cotta — PMDB; Carlos Eloy — PFL; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Delson Scarano — PDS; Emílio Gallo — PFL; Emílio Haddad — PFL; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PMDB; João Hercúlio — PMDB; Jorge Ferraz — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Machado — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses de Oliveira — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PMDB; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PSB; Luiz Leal — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Maurício Campos — PFL; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nylton Velloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Paulino Cícero de Vasconcellos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronan Tito — PMDB; Rondo Pacheco — PDS; Silvio Abreu — PMDB; Vicente Guaibiroba — PDS.

São Paulo

Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PMDB; Armando Pinheiro — PTB; Aurélio Peres — PC do B; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PFL; Djalma Bom — PT; Estevam Galvão — PFL; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Gastone Righi — PTB; Herbert Levy — PSC; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Covas — PMDB; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Sólton Borges dos Reis — PTB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Irupuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; José Freire — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDC; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Cristino Cortes — PDS; Ivo Ambrósio — PL; Jonas Pinheiro — PFL; Milton Figueiredo — PMDB; Paulo Nogueira — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PFL; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Ítalo Conti — PFL; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PFL; Maurício Fruet — PMDB; Nelson Friedrich — PMDB; Norton Macedo — PFL; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Renato Loures Bueno — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Cacildo Maldaner — PMDB —; Dirceu Carneiro — PMDB; Evaldo Amaral — PFL; Fernando Bastos — PFL; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PFL; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Pedro Colin — PFL; Renato Vianna — PMDB; Saturnino Dadam — PFL; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Erani Müller — PMDB; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clark Platon — PMDB; Geovani Borges — PFL; Paulo Guerra — PMDB.

Roraima

João Batista Fagundes — PMDB; Júlio Martins — PTB; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 51 Srs. Senadores e 258 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Caixa Econômica Federal tem exercido, nos últimos vinte anos, um papel meritório e insubstituível no encorajamento da poupança popular, no impulso da construção da casa própria e no atendimento a inúmeras atividades de cunho social que lhe são adjudicadas por lei.

Tal a solidez, tal a pujança dessa instituição pública, que ele poderia, sem qualquer prejuízo financeiro, atender a outras finalidades, enfrentando os déficits operacionais inevitáveis nos dez primeiros meses que se seguem à extinção da correção monetária.

Por isso mesmo, recentemente, seu Presidente, o ex-Senador Marcos Freire, apresentou, ao Ministério da Fazenda uma proposta de alternativas visando à ampliação das bases de aplicação da Caixa, de molde a obter uma elevação real de receita, apresentando um quadro consolidado das metas físicas e financeiras, envolvendo a redução dos custos internos de intermediação da CEF. Haveria uma redução de despesas de cento e oitenta e oito milhões de cruzados por mês, com um corte de oitenta e sete bilhões no pessoal, representando treze por cento da folha e cento e um milhões de cruzados em despesas administrativas, ou seja, vinte e quatro por cento.

Todos os superintendentes, assessores, chefes de gabinetes e departamentos consideraram a necessidade, e a Diretoria declarou-se aberta a quaisquer propostas em termos de redução de custos.

Recebidos em audiência os Presidentes dos Sindicatos dos Bancários de Brasília, do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e de Alagoas, além de Presidentes da FENAE, das Associações dos Economistas de Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Maranhão, Goiás e Mato Grosso, desse diálogo democrático resultou o apoio às teses apresentadas, no sentido da reavaliação dos custos, determinada a supressão temporária do pagamento da substituição de funções de confiança, por qualquer prazo.

A CEF não aplicou punições, estando em observância as reivindicações do seu pessoal, como se procedem sindicâncias sobre as ocorrências que paralisaram a atividade normal da empresa.

Queremos louvar o Presidente Marcos Freire pelas medidas de austeridade tomada, pelo êxito da sua administração e pela conduta compreensiva que tomou diante da última greve dos economistas.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Erani Müller.

O SR. ERANI MÜLLER (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, hoje à tarde, fez seu discurso de despedida o nobre Deputado João Gilberto, integrante da bancada do PMDB do Rio Grande do Sul, indubitavelmente, uma das maiores figuras deste Congresso Nacional. S. Ex. concorreu ao Senado, mas não se elegeu. Está nos deixando, abrindo uma lacuna muito grande neste Parlamento. Sua inteligência, sua capacidade e tirocinio, seu trabalho sério e sua competência deram-lhe uma marca inconfundível, que fizeram com que todos os respeitassem, independentemente de partido político.

Naquele momento, foi chamado por lideranças sindicais, que vinham pedir a minha intervenção, quando se realizava uma manifestação, aqui, nos gramados do Congresso Nacional. O povo, milhares de pessoas, manifestava seu descontentamento pelas medidas econômicas lançadas pelo Governo da Nova República na semana passada. Para lá fomos tentar apaziguar os espíritos, apoiar os manifestantes que, pacificamente, traziam o seu descontentamento. Mas a intervenção da Polícia Militar, inoportunamente, causou problemas. Diziam, até, que teria vindo a pedido da Mesa da Câmara e do Senado. Consultamos a Mesa e aqui ninguém informou ou soube dizer — pelo menos, quem estava presidindo os trabalhos — que tivesse solicitado a presença de tropas ou da Polícia Militar. Ocorreram vários choques. Inclusive nós, na tentativa de apaziguar os ânimos, fomos envolvidos e levados de roldão pela multidão. Ficamos com escoriações e com as roupas sujas. Mas, lá estávamos, eu e o Deputado Haroldo Lima, defendendo os interesses da população — afinal de contas, representamos esse mesmo povo no Congresso Nacional. Houve excesso de parte. Mas o que não podemos admitir é que não se permita uma livre manifestação pacífica da população que se julga atingida no seu direito e precisa reclamar.

Estamos hoje, na Nova República, com uma democracia vigente e plena e tais atos de repressão não são admissíveis. Ainda agora, está havendo uma presença muito grande de policiais militares, inclusive tanques do Exército, junto ao Ministério da Fazenda com o fim de reprimir a manifestação. Acho que acaba atraindo a força. Por isso mesmo é inoportuna uma atitude dessas. Vamos deixar a população se manifestar pacificamente, reclamar, e não permitir que os policiais militares e até forças do Exército sejam convocados para manter a ordem quando não há desordem.

Acho perfeitamente válida a manifestação da população de Brasília, de todas as camadas sociais que, descontente com as medidas econômicas tomadas pelo Governo, veio às ruas, às praças públicas manifestar-se pacificamente.

Quero, então, levar o meu brado, o meu descontentamento pelo inoportunismo com que foram chamadas as tropas do Exército e forças militares para conter a manifestação popular. Não é dessa forma que vamos fazer democracia. Precisamos deixar que o povo se manifeste, traga o seu clamor, que venha de viva voz trazer o seu descontentamento. Inclusive, alguns bradavam contra o provável aumento dos vencimentos dos Parlamentares desta Casa. Agora, em boa hora, a Câmara Federal resolveu adiar esta questão, já que foi definido que ficará para os constituintes a determinação do percentual de aumento dos Srs. Parlamentares. Agindo assim, acho que fomos prudentes e coerentes, pois o nosso trabalhador está com o seu salário congelado.

Todas estas questões acabaram fazendo com que o povo viesse às ruas, hoje, em Brasília, ocasião em que houve atos lamentáveis de parte dos policiais militares, chamados não sei por quem, para conter a manifestação pacífica. Aconteceram os confrontos, rixas, pedradas, pauladas, garrafadas, com a polícia usando e abusando do gás lacrimogênio.

Quero fazer esta colocação, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, dizendo que é preciso ter calma, ter bastante coerência; é preciso agir com prudência, para que o Brasil siga o seu rumo democrático, para que o povo

realmente tenha vez e para que esta Casa, que é a Casa do Povo, possa receber os seus reclamos.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Siqueira Campos, como Líder

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estou nesta sessão, como estive em todas as demais do Congresso e da Câmara, neste final de legislatura, para lutar, como venho fazendo, pela criação do Estado de Tocantins.

Como sabemos, há um projeto nesse sentido do Senador Amaral Peixoto, aprovado pela unanimidade do Senado Federal, em tramitação na Câmara dos Deputados. Existe, inclusive, um requerimento de urgência para a sua tramitação, assinado pelos Líderes de todos os partidos políticos, menos pelo PMDB. O PMDB, no meu Estado, fez um compromisso com a população, reiterado dezenas de vezes em programas de televisão e nos comícios que levou a efeito por toda a campanha. O candidato a Governador, Sr. Senador Henrique Santillo, o candidato a Vice-Governador, Deputado Joaquim Roriz, os candidatos ao Senado, à Câmara Federal e à Assembléia Legislativa, todos, unanimemente, levantaram a bandeira da criação do Estado do Tocantins e prometeram lutar por essa criação. Está, pois, na hora, Sr. Presidente. Estou aqui cobrando a promessa da bandeira goiana — do PMDB, do Governador, Vice-Governador e demais parlamentares goianos eleitos. Estou cobrando do Líder Pimenta da Veiga, dos Vice-Líderes do PMDB, da Bancada do PMDB, já que os partidos todos estão favoráveis à criação do Estado do Tocantins. Não quero criar nenhuma situação constrangedora para ninguém, Sr. Presidente. Não quero valer-me de determinados artifícios, porque na realidade nunca o fiz, para conseguir uma meia vitória. O meu objetivo é criar o Estado do Tocantins.

Se o PMDB tiver receio de disputa eleitoral na nossa área, no que se relaciona com meu nome e ao nome da minha família, eu lhe digo, com toda a tranquilidade, que renuncio até ao mandato de Deputado Federal, que acabei de conquistar nas urnas. Renuncio a toda e qualquer pretensão pessoal ou da minha família. Sei que os meus filhos vão-me obedecer nisso. Ninguém pleiteará nada. Entregaremos o Governo para quem o povo escolher, que não sejamos nós. Mas é necessário que se crie o Estado do Tocantins, porque a minha região é rica, bem dotada por Deus, tem um povo magnífico, e esse povo vive em estado de miséria tão grande, contrastando com a riqueza potencial da região, que nos envergonhamos de ser brasileiros. Na realidade, se tivéssemos elites, se tivéssemos Governo, se tivéssemos políticos interessados na solução dos agravados problemas do norte goiano e da Amazônia em geral, o sofrimento da gente que represento e de outras populações ilhadas, isoladas, submetidas a uma pobreza absoluta, que certamente não merecem, já teria sido solucionado. Mas infelizmente constato, decepcionado, que a nossa elite, o nosso Governo tem falhado e continua falhando.

Quero aqui, Sr. Presidente, responsabilizar o PMDB pela não criação do Estado do Tocantins agora, já que falta só a manifestação da Câmara dos Deputados, e o Líder do PMDB, infelizmente, diz que não tem condições políticas de assinar o requerimento de urgência

e de aprová-lo. Mas o Deputado Ulysses Guimarães hoje — o grande Ulysses Guimarães — que já foi um homem que lutou pela transferência da Capital de Goiás Velho para Goiânia, apoiou esse ato de Pedro Ludovico Teixeira, como também apoiou Juscelino Kubitschek na transferência da Capital da República do Rio de Janeiro para cá, interiorizando o desenvolvimento e beneficiando áreas imensas dessas vastidões territoriais da Amazônia — esse homem de ação libertária, esse homem corajoso, assumiu o compromisso de nos ajudar a emancipar o norte de Goiás, convocando ao seu gabinete o Líder Pimenta da Veiga, que, diga-se de passagem, está com boa vontade. No entanto, é preciso que essa boa vontade seja traduzida em ação e atos, não em palavras. O jovem Líder do PMDB tem uma responsabilidade muito grande. Estarei aqui para aplaudir-lo no momento em que ele demonstrar que o PMDB não quer enganar o povo, não quer trair os compromissos feitos livremente em palanque e também através dos meios de comunicação em minha terra, no Estado de Goiás. Que ele cumpra os compromissos feitos pelo PMDB em nossa terra, e assim terá o nosso aplauso e tudo o que for necessário para que possamos engrandecer o PMDB. Não enconomizarei atitudes, nem palavras para isso, mas é preciso que demonstre. Fica o PMDB com a responsabilidade que será, sem dúvida, o grande artífice dessa vitória. Mas não nos enojando essa vitória, será o responsável por esta derrota do povo norte-goiano e goiano em geral, porque a não criação do Estado de Tocantins representa uma derrota muito grande para todos nós, goianos, e também para o País, porque ela faz com que o processo de redivisão territorial seja retomado, bem como todos os seus benefícios surgidos com as demais reformas que virão para organizar este País e que serão vitórias não somente nossas, mas de todo o povo brasileiro.

Sr. Presidente, permaneço nesta sessão com espírito de colaboração

Conversei muito com os Deputados João Alves e Ulysses Guimarães. Estou pronto para colaborar, mas espero a colaboração do PMDB para viabilizar a vitória pela qual a minha gente — a altiva gente morena, que tenho a honra de representar nesta Casa — luta e espera por quase duzentos anos.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

A presente sessão destina-se à apreciação das Mensagens Presidenciais n.ºs 44, de 1986-CN (10.ª Sessão), e 46, 49 e 51, de 1986-CN (7.ª Sessão).

Dada a inexistência de quorum, nos termos do § art. 2.º do art. 29 do Regimento Comum, a Presidência vai encerrar a sessão.

Antes, porém, convoco sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à apreciação das Mensagens Presidenciais n.ºs 46, 49 e 51, de 1986-CN (8.ª Sessão.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 25 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

VIA—SUPERFÍCIE

Anual	Cz\$ 116,00
Semestral	Cz\$ 58,00
Exemplar Avulso	Cz\$ 0,17

SEÇÃO II (Senado Federal)

VIA—SUPERFÍCIE

Anual	Cz\$ 92,00
Semestral	Cz\$ 46,00
Exemplar Avulso	Cz\$ 0,17

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque pagável em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, conta-corrente nº 920001-2, a favor do:

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF

CEP.: 70.160

SEGURANÇA NACIONAL

Lei nº 7.170, de 14-12-83

- Texto da Lei com minucioso índice temático
- Quadro comparativo (Lei nº 7.170/83 — Lei nº 6.620/78)
- Notas
- Histórico (tramitação legislativa) da Lei nº 7.170/83
- Subsídios para a elaboração da Lei nº 7.170/83

Edição — 1984
Preço = Cz\$ 30,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas (Senado Federal — 22º andar).

Encomendas mediante cheque visado pagável em Brasília ou vale postal, a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Atende-se também pelo reembolso postal.

CEP: 70160

Regimentos das Assembléias Constituintes do Brasil

Obra de autoria da Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal

— Edição: 1986 —

- Antecedentes históricos.
- Regimentos das Assembléias Constituintes de 1823, de 1890-91, de 1933-34 e de 1946. Textos comentados pelos Constituintes.
- Normas regimentais disciplinadoras do Projeto de Constituição que deu origem à Constituição de 1967.
- Índices temáticos dos Regimentos e dos pronunciamentos. Índices onomásticos.

496 páginas
Preço: Cz\$ 80,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, anexo 1, 22.º andar — Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF — Telefone: 211-3578.

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal, remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.

Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 89

Está circulando o nº 89 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa, editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número contém as seguintes matérias:

Colaboração

- Reflexões sobre a Constituinte — Raul Machado Horta
- Poder Constituinte e ordem jurídico-econômica — Washington Peluso Albino de Souza
- Inconstitucionalidade por omissão: uma proposta para a Constituinte — Anna Cândida da Cunha Ferraz
- A Constituição de 1934 — Ronaldo Poletti
- Garantias constitucionais aos bens imateriais — Newton Silveira
- Constitución Política del Peru — Gustavo Baca-corzo
- El Vicepresidente de la Nación (República Argentina) — Jesus L. Abad Hernando
- Processo legislativo — mudanças necessárias — Rubem Nogueira
- O veto nos Estados presidencialistas (algumas reflexões sobre o veto no Brasil e nos Estados Unidos) — Mauro Andrade Rosa
- Técnica legislativa como a arte de redigir leis — Pinto Ferreira
- Os serviços públicos no Estado moderno — Arnoldo Wald

- A avocação de causas pelo STF: a advocatória — Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz
- Recurso extraordinário — José Guilherme Vilela
- A Universidade como órgão do Estado — Paulo de Figueiredo
- Ministério público, ambiente e patrimônio cultural — Paulo Affonso Leme Machado
- As cláusulas de privilégio nos contratos administrativos — J. Cretella Júnior
- Da consolidação das leis civis à teoria das consolidações: problemas histórico-dogmáticos — João Baptista Villela
- O Código Civil peruano de 1984 (alguns aspectos) — Sílvia A. B. Meira
- Divórcio romano **versus** divórcio canônico — Domingos Sávio Brandão Lima
- O esgotamento dos recursos internos e a evolução da noção de "vítima" no direito internacional (com atenção especial à prática referente aos Estados da América Latina) — A. A. Cançado Trindade

Informática Jurídica

- Proteção jurídica do software — Adriana Camargo Rodrigues

PREÇO: Cz\$ 40,00

Assinatura para 1986 (nºs 89 a 92): Cz\$ 160,00

- À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal (Anexo I, 22º andar).
- Encomendas mediante vale postal ou cheque visado pagável em Brasília, a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal. (Brasília, DF — CEP: 70160)
- Atende-se também pelo reembolso postal.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 90

(abril/junho de 1986)

Está circulando o número 90 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa, editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 430 páginas, contém as seguintes matérias:

COLABORAÇÃO

- Organização do poder. A institucionalização do Estado — José Alfredo de Oliveira Baracho.
- O ideal federalista nas revoluções brasileiras — Moacyr Benedicto de Souza.
- Direito e Justiça (a propósito da Constituinte) — Edma Romariz.
- Sistema jurídico — Hérbat Spencer B. Meira.
- As lacunas no Direito Constitucional — Celso Fernandes Campilonso.
- O "imperium" no Direito romano — Silvio Meira.
- A economia degradou o direito — Machado Pauperio.
- Do mandado de segurança — Carmen Lúcia Antunes Rocha.
- A atuação do Ministério Público na proteção dos interesses difusos — René Ariel Dotti.
- Ordem pública mundial: ordem pública verdadeiramente internacional no Direito Internacional Privado — Jacob Dolinger.

- A evolução doutrinária e jurisprudencial da proteção internacional dos direitos humanos nos planos global e regional: as primeiras quatro décadas — A. A. Cançado Trindade.
- Princípios de Direito Fluvial na bacia do Prata — Christian G. Caubet.
- O parlamentar e a legislação ambiental — Paulo Affonso Leme Machado.
- O direito adquirido e a mudança de interpretação da Administração em matéria contratual — Arnoldo Wald.
- Regimes jurídicos de pessoal — Sebastião Baptista Affonso.
- Las dimensiones de la criminalidad — Manuel López-Rey.
- O pessoal das prisões e os presos — Armida Bergamini Miotto.
- Religión de jóvenes (y adultos) en la cárcel — Antonio Beristain.
- Adoção nacional e internacional — Antônio Chaves.

À venda na
Subsecretaria
de Edições Técnicas,
Senado Federal,
Anexo I, 22º andar
— CEP 70160 —
Brasília, DF.



Assinatura
Para 1986
(Números 89 a 92)
Cz\$ 160,00

Encomendas mediante vale postal, cheque visado, pagável em Brasília, a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou reembolso postal.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cz\$ 0,17